



2011/2005/002/2005

Alessandra Lisboa
Advocacia e Consultoria Ambiental

Leuro

SIGED



Anote abaixo o número do SIPRO

0104798-1170/2010-3

À

Câmara Normativa e Recursal do COPAM.

AUTO DE INFRAÇÃO : 2166/2005

AUTO POSTO SUPREMO LTDA, inscrito no CNPJ nº 05.458.099/0001-93, com endereço na Avenida José Sérvulo Soalheiro, nº 628, Bairro São Pedro, Sete Lagoas-MG, CEP 35.701-019, onde recebe notificações, vem, através de sua procuradora e advogada (procuração anexa), com o devido respeito e lisura, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA O AUTO DE INFRAÇÃO DE Nº 2166/2005** pelos fatos e fundamentos jurídicos abaixo expostos:

PRELIMINARMENTE:



O autuado foi notificado da decisão da Unidade Regional Colegiada (URC) do Rio das Velhas através do ofício nº 921/2010 NAI/DMFA/FEAM, em 26/08/2010.

O prazo para apresentação de recurso da penalidade aplicada é de 30 dias, sendo portanto o dia a quo 25/09/2010, sábado, podendo ser apresentado até em 27/09/2010 segunda-feira de forma tempestiva.

FEAM
RECEBEMOS
30/09/10
[Assinatura]
ASSINATURA

Razões do Recurso

DO MÉRITO:

Em 08 de setembro de 2005 foi lavrado o auto de infração acima citado, a partir da constatação da seguinte irregularidade:

Rua Duque de Caxias, 35 - sala 404, Edifício Multicenter - Centro
Sete Lagoas / MG - Cep: 35700 022 - Telefax (31) 3774-2227



Descumprir determinação da Deliberação Normativa COPAM 050/2001 em seu art. 3º §2º item V, IX, constatada degradação ambiental. **(DISPOSITIVOS REVOGADOS PELA DN 109/2007)**.

E sob o fundamento legal do Art. 19, § 3º, item 2 do Decreto nº 39.424 de 05 de fevereiro de 1998, alterado pelo Decreto nº 43.127 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.772 de 08/09/80, foi constatada a infração.

DA TIPICIDADE

Ao analisar o tipo classificado pelo decreto estadual, vigente a época do cometimento da dita infração¹, enquadrada pela agente fiscal autuante como ilícito administrativo, temos a seguinte definição:

Art. 19 (...)

§ 3º São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, ou Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

Com o devido respeito a este órgão ambiental, não podemos compactuar com tamanho desatino.

O autuado, conforme o Ofício NUCOM Nº 1045/2005, datado de 08 de setembro de 2005, estava operando o empreendimento sob o manto da Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF, portanto estava regularmente autorizado a funcionar pelo órgão ambiental.

¹ Decreto nº 39.424 de 05 de fevereiro de 1998, alterado pelo Decreto nº 43.127 de 27/12/2002.



Quanto à alegação de que estaria praticando ação ilícita, prevista no dispositivo retro mencionado, não podemos concordar, posto que o tipo ilícito administrativo prevê o descumprimento de determinação ou de condicionantes aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação.

Não cabe ao técnico conferir interpretação extensiva ao tipo, dado que a conduta ilícita deve estar devidamente especificada. O item 2 do § 3º não inclui em sua tipicidade aqueles que estejam operando sob o pálio da Autorização Ambiental de Funcionamento, mas somente aqueles que estejam sob a égide do processo de licenciamento ambiental.

Tanto são fatos e verdade que este dispositivo foi posteriormente alterado pelo Decreto 44.309/06, que criou um dispositivo específico para os casos de descumprimento de orientações técnicas, em caso de Autorização Ambiental de Funcionamento, vejamos:

Art. 87 (...)

V - descumprir total ou parcialmente orientação técnica prevista na legislação ambiental ou nas normas técnicas brasileiras (ABNT), no caso de autorização ambiental de funcionamento - Pena: multa simples, ou multa simples e embargo de atividade, ou multa simples e demolição de obra.

Diante disso, temos que não pode prosperar a penalidade aplicada, dado que o enquadramento da conduta do autuado não encontra respaldo legal no diploma citado no Auto de Infração, dado que o tipo ilícito administrativo não absorve a conduta praticada pelo mesmo.

DA REVOGAÇÃO DO DISPOSITIVO QUE PREVIU A CONDUTA ILÍCITA ATRIBUÍDA AO AUTUADO:

Importante trazer à baila, que os dispositivos que tratam das exigências para os postos revendedores de combustíveis, foi posteriormente revogado pela DN 109/2007 do COPAM. Ou seja, não há respaldo legal para aplicação da penalidade, pois o ordenamento jurídico, através da norma



infralegal, foi alterada, já não existindo a irregularidade que ora se utiliza para embasar um descumprimento de norma.

Como a conduta não mais é exigida dos postos revendedores de combustíveis, deve-se portanto aplicar as alterações ocorridas na DN 50/2001 de forma a beneficiar o autuado, aplicando-se por analogia os princípios do direito penal brasileiro.

Como o ato não foi definitivamente julgado deve-se aplicar a RETROATIVIDADE BENIGNA, cancelando o Auto de Infração, dado a revogação dos dispositivos que embasaram a conduta ilícita.

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES:

Não sendo acolhidas as argumentações retro mencionadas, somente a título de argumentação, e para fins formar o convencimento do órgão julgador, torna-se imprescindível a análise das circunstâncias atenuantes que não foram aplicadas ao caso em esboço.

O autuado realizou todas as obras necessárias ao atendimento das exigências constantes do Auto de Fiscalização que deu origem ao AI, de que ora se recorre, e ainda assim não foi considerada, na aplicação da penalidade, qualquer circunstância atenuante.

Além de o autuado tomar todas as medidas necessárias de forma imediata, (alínea "a", inciso I, art. 69) os fatos ocorridos não representaram riscos ou efeitos desastrosos para a saúde pública.

Desta feita a penalidade pecuniária deveria ter sido reduzida em no mínimo 1/3 do seu valor, aplicando-se os dispositivos legais inerentes às atenuantes, para fins de cômputo. Necessário esclarecer que o autuado não incidiu em nenhuma das agravantes, dado que comprovadamente não agiu de forma dolosa, de acordo com a documentação que foi acostada a este procedimento, e até o momento não foi apreciada.



DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, requer:

- 1) o **DEFERIMENTO** do presente recurso, com o cancelando do AUTO DE INFRAÇÃO e posterior arquivamento, pelos fatos e fundamentos acima elencados.
- 2) Como pedido alternativo, requer a **REVISÃO** no valor da multa, aplicando-se as circunstâncias atenuantes previstas, que dizem respeito a efetividade das medidas adotadas pelo autuado de forma imediata; a colaboração do autuado na solução dos problemas advindos de sua conduta; e por fim a menor gravidade dos fatos, tudo isso comprovado pelos documentos juntados a este procedimento administrativo que demonstram as medidas adotadas pelo autuado na regularização da situação e sua pronta colaboração e atendimento ao órgão ambiental. (1/3 + 1/6 no valor base da penalidade).

Pretende provar o alegado por todos os meios provas em direito admitidas, especialmente pelos documentos já acostados aos autos e pela juntada de novos documentos.

Sete Lagoas, 25 de setembro de 2010.


Alessandra Cornea Lisboa Batista

OAB/MG 82.315